Jane Domingues de Faria Oliveira

**“AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS
ENCONTRADAS PELA PESSOA PORTADORA
DE DEFICIÊNCIA EM CLUBES SOCIAIS
CAMPINEIROS.”**

Jane Domingues de Faria Oliveira

**“AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS
ENCONTRADAS PELA PESSOA PORTADORA
DE DEFICIÊNCIA EM CLUBES SOCIAIS
CAMPINEIROS.”**

Jane Domingues de Faria Oliveira

**“AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS ENCONTRADAS PELA
PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA EM CLUBES
SOCIAIS CAMPINEIROS.”**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Especialista em Educação Física Adaptada, na Universidade Estadual de Campinas - SP - (Unicamp), Faculdade de Educação Física (FEF), sob a orientação do Prof. Dr. José Júlio Gavião de Almeida.

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação Física
Campinas - 1996

Dedico esse trabalho aos Professores
do Curso de Especialização em
Educação Física Adaptada / 1996,
especialmente ao Prof. Dr. José Júlio
Gavião de Almeida.

AGRADECIMENTOS

- ao Prof. Dr. José Júlio Gavião de Almeida, pela orientação e amizade.
- ao meu marido Gerson de Oliveira, pela paciência e incentivo com que compartilhou de todos os momentos para obtenção desta.
- à minha família pelo carinho e compreensão.
- aos meus amigos e professores do Curso de Especialização em Educação Física Adaptada / 96.
- aos professores Paulo Ferreira Araújo e Edison Duarte.
- aos meus amigos do Centro Integrado Nair Valente de Cunha, pela força animadora.

SUMÁRIO

RESUMO	5
APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	
1. <i>O Que São Barreiras Arquitetônicas</i>	9
2. <i>O Que São Clubes Sociais</i>	11
3. <i>Atividades Esportivas Nos Clubes Sociais Campineiros</i>	12
4. <i>A Pessoa Portadora de Deficiência e o Clube Social</i>	13
5. <i>Atividade Física e a P.P.D.</i>	14
CAPÍTULO II	
1. <i>Condições Arquitetônicas / Clubes Sociais</i>	16
2. <i>Seleção dos Clubes Sociais</i>	17
3. <i>Levantamento Arquitetônico dos Clubes Sociais Campineiros</i>	18
CAPÍTULO III	
1. <i>Dados Obtidos</i>	19
CONCLUSÃO	23
BIBLIOGRAFIA	25
ANEXOS	
I - <i>Questionário</i>	28
II - <i>Ilustrações das Barreiras Arquitetônicas</i>	29

RESUMO

Barreiras Arquitetônicas Para Pessoas Portadoras de Deficiência em Clubes Sociais Campineiros.

Esse estudo tem por objetivo executar um levantamento sobre as dificuldades encontradas, em termos de acesso, pelas pessoas portadoras de deficiências nos clubes sociais campineiros.

Selecionamos 04 clubes campineiros com uma faixa de valores semelhantes em suas taxas mensais de manutenção.

Através de um questionário fechado, constatamos que nos 04 clubes pesquisados existe uma baixa frequência em suas dependências de Pessoas Portadoras de Deficiências.

Concluimos que uma das causas é devido às dificuldades que as Pessoas Portadoras de Deficiência encontram pelo “despreparo arquitetônico”, onde os clubes sociais campineiros não suprem as necessidades dos mesmos, impedindo, nesse sentido, suas participações em atividades sociais e esportivas oferecidas por eles em suas dependências.

APRESENTAÇÃO

Tendo ingressado no Curso de Especialização em Educação Física Adaptada, procurei um tema para minha monografia de Conclusão do curso, que estivesse relacionado com o cargo trabalhista que ocupava no período da escolha.

Tendo trabalhado em um clube campineiro como coordenadora de Esportes, constatei através de uma análise do cadastro de associados e de observações, a baixa frequência de P.P.D. nas dependências físicas e nas atividades motoras oferecidas pelos clubes aos seus associados.

Comecei a observar as dificuldades arquitetônicas existentes nos clubes e o interesse e questionamentos começaram a surgir.

A livre circulação de pessoas com incapacidades ou deficiências é uma necessidade e um direito. O não-reconhecimento deste fato é a primeira barreira a remover.

Os portadores de deficiências são cidadãos e como tais devem ter seus direitos de cidadania garantidos.

A violação dos Direitos Humanos é de nossa responsabilidade: cada um de nós é responsável pela manutenção desses direitos e pelo respeito ao seu exercício.

Também foi analisada a Lei nº 7.853, de 14 de outubro de 1989, Ministério Público do Estado de São Paulo/Procuradoria Geral da Justiça, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Pessoa Portadora de Deficiência, para podermos nos embasar melhor.

Essa lei possui alguns artigos específicos com relação às barreiras arquitetônicas à P.P.D., como por exemplo seu artigo 227, § 1º, II, onde diz que deve haver programas de prevenção, de atendimento especializado e de integração

social, mediante treinamento para o trabalho e a convivência social, com facilitação de acesso a bens, com eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Assim, iniciamos uma pesquisa onde escolhemos como tema “As Barreiras Arquitetônicas Encontradas Pela P.P.D. em Clubes Sociais Campineiros”.

INTRODUÇÃO

Com a definição do tema “Barreiras Arquitetônicas Encontradas em Clubes Sociais”, procuramos a melhor forma para chegarmos à uma conclusão; sendo assim, optamos por uma pesquisa de campo quantitativa, elaborada a partir de uma pesquisa bibliográfica, apoiada nas legislações federais e municipais e estatutos dos clubes sociais, para que pudéssemos encontrar um embasamento teórico.

Já com as características desejáveis para se qualificar um clube com condições adequadas a receber um associado portador de deficiência e quais seriam as mínimas condições para recebê-lo, iniciou-se um levantamento dos clubes sociais na cidade de Campinas-SP, onde tais clubes sociais deveriam apresentar uma faixa de valores semelhantes em suas taxas de mensalidades e títulos.

Após, foi elaborado um questionário fechado com o objetivo de mensurar as condições arquitetônicas, frequência e interesse do clube para realizar atividades para pessoas portadoras de deficiência. Foram aplicados questionários em 04 clubes campineiros, onde foram feitas entrevistas com representantes responsáveis pelas atividades esportivas ou setor administrativo.

Com a análise dos questionários pudemos obter respostas concretas sobre as dúvidas levantadas durante sua elaboração.

CAPÍTULO I

1. O QUE SÃO BARREIRAS ARQUITETÔNICAS

São todos e quaisquer obstáculos que limitam ou impedem a possibilidade de circulação ou utilização dos espaços físicos e/ou equipamentos por indivíduos com diversos graus de incapacidades (Brandizzi, 1988).

Vamos conhecer melhor as Barreiras Arquitetônicas:^(*)

- *Escadas:*

ideal: . altura entre 0,90m e 1,00m

. deve haver prolongamento de 0,30m nas extremidades do corrimão.

observações: . degraus inclinados dificultam a mobilidade dos pés.

(errado) . para deficientes visuais, é necessário que tapetes sejam embutidos no piso.

- *Corrimão:* não deve ter arestas e seu diâmetro deve permitir encher a palma da mão.

- *Calçadas:* . não devem ter vegetação.

. falta de manutenção, calçadas danificadas, pisos rachados.

- *Rebaixamento de degraus:* devem ocorrer nos principais acessos e esquinas, não use toda extensão da calçada no rebaixamento para não tirar a referência de deficientes visuais.

^(*) em anexo

- ***Orelhões e lixeiras:*** devem ser instalados em alturas inferiores aos normais; apresentar um piso elevado 0,03m, para facilitar o alcance no entorno e servir de referência de obstáculos para deficientes visuais, de preferência em cantos de paredes.
- ***Rampas:*** devem ser retas e pouco inclinadas, não devem apresentar construções circulares nem com vários níveis.
- ***Vasos sanitários:*** barras de apoio - 0,60m com mínimo de 0,65m de extensão em um ângulo de 45°. Bacia a 0,30m do chão.
- ***Lavatórios:*** devem apresentar encaixe de cadeira embaixo, um espaço livre em sua parte inferior.
- ***Torneiras:*** não devem ser arredondadas e sim com puxadores para abri-las.
- ***Corredores:*** devem apresentar uma largura mínima de 0,90m para poder locomover cadeira de rodas.
- ***Bebedouros:*** devem ter uma altura de 0,80m anexo ao de altura normal 1,00m.
- ***Maçanetas das portas:*** não devem ser redondas e sim retas.
- ***Interruptores:*** devem estar instalados a 1,20m do chão.
- ***Tomadas:*** devem estar instaladas a 0,50m do chão.
- ***Portas:*** . devem apresentar mínimo 0,90m de largura.
 - . apresentar puxadores a 0,90m de altura.
 - . apresentar defesa de revestimento a 0,40m de altura.

Obs.: Devemos lembrar que algumas adaptações, como escadas em medidas adequadas podem, mesmo assim, ser inadequadas ao D.F. se não houver outra forma de acesso (rampa ou elevador).

2. O QUE SÃO CLUBES SOCIAIS

Os clubes têm por finalidade fazer a junção do social e desportivo, organizados nos termos das leis das sociedades civis, com números limitados de sócios e que exercerão suas atividades estatutárias sem nenhuma finalidade econômica, política ou religiosa.

As finalidades que serão citadas regem em todos os estatutos/clubes sociais observados e esses são alternativos, não apresentam suportes legais, são elaborados por uma comissão/diretoria, e necessitam de uma aprovação de uma maioria, para poder ser regido.

Os clubes têm por finalidade:

- a) Promover entre seus associados uma difusão cultural, musical, literária e esportiva;
- b) Manter um centro de reunião e convívio social;
- c) Proporcionar aos seus associados vários momentos prazerosos, bem como práticas desportivas (com locais adequados e estruturados para execução das modalidades oferecidas);
- d) Atender às necessidades desejadas por seus associados.

Os clubes terão duração ilimitada, e seus quadros sociais serão constituídos por números limitados de sócios, sem distinção de nacionalidade, raça, sexo, opinião política ou crença religiosa.

Os sócios têm direito a:

- a) Frequentar as sedes disponíveis (social e campo), utilizando-se dos bens ali instalados, como campos, quadras e/ou lugares destinados à prática de esportes, de recreação e reuniões sociais;

b) Participar de reuniões e festas, acatando os regulamentos internos, impostos por uma diretoria;

c) Participar das atividades esportivas oferecidas pelo clube;

d) Participar das Assembléias Gerais do clube nos termos de seu estatuto;

e) Propor admissão de novos sócios;

f) Fazer sugestões, por escrito, de interesse social;

g) Denunciar, por escrito, qualquer irregularidade;

h) Apresentar defesa e recurso em processo de apuração de infração do estatuto do clube ou do Regulamento Interno.

3. ATIVIDADES ESPORTIVAS NOS CLUBES SOCIAIS CAMPINEIROS

As modalidades esportivas nos clubes sociais campineiros são desenvolvidas de acordo com as solicitações feitas pelos seus associados e a disponibilidade de espaço físico.

As atividades esportivas/modalidades mais freqüentes são:

- natação
- voleibol (categorias: infantil e juvenil)
- basquetebol (categorias: mirim, juvenil e adulto)
- ginástica olímpica
- futebol
- karatê
- tênis de campo
- condicionamento físico
- jazz
- ginástica localizada
- judô
- hidrogenástica
- capoeira

- bocha
- ginástica rítmica

A frequência (associados) de participantes em cada modalidade, em cada clube, é oscilante. Alguns têm maior procura em atividades esportivas realizadas em locais abertos como quadras e campos. Já em outros a procura é maior em locais fechados como ginásio de esportes ou salas/modalidades.

4. A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E O CLUBE SOCIAL

Se o clube oferecer condições arquitetônicas adequadas para a pessoa portadora de deficiência frequentar suas dependências e suas atividades esportivas, e possuir em seu quadro de funcionários (professores) um professor de Educação Física capacitado para instruir adequadamente a P.P.D., ela se sentirá amparada e estimulada a frequentar as atividades esportivas e sociais, onde seriam exploradas suas capacidades e não seriam enfocadas somente as suas limitações, beneficiando o indivíduo em seu aspecto físico, psíquico e social.

A importância dada hoje na formação de recursos humanos na área de Educação Física Especial/Adaptada, está fortemente embasada na necessidade de se obter um profissional da área da Educação Física, com conhecimentos cientificamente estruturados para atender através dos movimentos toda pessoa que solicitar seus serviços, seja ela com necessidades específicas ou não.

A Educação Física Adaptada se preocupa em estudar o processo de adaptação do ser humano e suas dimensões sócio-cultural e biológica, determinado por diferentes padrões de atividade física, seja ela esportiva, recreacional ou ocupacional, predominantemente em populações especiais como: pessoas portadoras de deficiências, idosos, diabéticos, hipertensos, obesos, sedentários, entre outros.

A obrigatoriedade junto as reformas curriculares do curso de Educação Física com relação a disciplina Educação Física Especial/Adaptada vem sendo cada vez

mais concretizada, mostrando a necessidade que a sociedade tem de possuir profissionais capazes de obter resultados mais benéficos e produtivos através da atividade física.

5. ATIVIDADE FÍSICA E A P.P.D.

Por muito tempo, teve-se a idéia de que a atividade física era só para pessoas ditas normais, já que a pessoa portadora de deficiência, apresentando suas limitações físicas ou intelectuais, se posicionava sempre à margem de qualquer programa esportivo, onde se sentia desestimulada a trabalhar suas capacidades motoras.

Devido às pesquisas que foram e estão sendo feitas, sabe-se da importância da atividade física na vida de P.P.D., serve também como facilitador para a interação do indivíduo com a sociedade, favorecendo seu desenvolvimento bio-psico-social, estruturando-o de forma produtiva para sua vida diária.

Os estudos na área da Educação Física Adaptada são importantes no contexto social e físico, onde o profissional irá atuar diretamente com o indivíduo. Para isso se faz necessário um embasamento científico e coerente às necessidades encontradas, onde irá favorecer a integração, orientando e reunindo esforços no sentido de se ajudarem com o mesmo objetivo.

Existem atividades que já vem sendo desenvolvidas com a P.P.D., em locais que vão de instituições, como por exemplo a Pró-Visão (Campinas-SP), que trabalha a natação em sua própria piscina, desenvolvendo atividades com deficientes visuais. Existem também algumas academias que estão trabalhando com atividades físicas para P.P.D.

Existe um grande número de equipes de basquetebol sobre cadeira de rodas, que disputam campeonatos estaduais, nacionais e internacionais de "Basquetebol sobre cadeira de rodas". Também existe futebol para deficiente visual, futebol de amputados, futebol de P.C., e muitas outras modalidades.

Enfim, muitas atividades existentes nos clubes sociais campineiros, já fazem parte das modalidades que são disputadas nas Paraolimpíadas (a Paraolimpíada acontece após a Olimpíada, no mesmo local, envolvendo várias modalidades, onde todos os atletas participantes são portadores que alguma deficiência).

Exemplo disto, é a participação de atletas deficientes da cidade de Campinas-SP na Paraolimpíada de Barcelona/92, e também outros convocados para a Paraolimpíada de Atlanta/96.

CAPÍTULO II

1. CONDIÇÕES ARQUITETÔNICAS / CLUBES SOCIAIS

Após ser realizado um levantamento bibliográfico e analisando os espaços físicos nos clubes sociais campineiros, concluímos que as mínimas condições arquitetônicas que deveriam oferecer aos seus associados portadores de deficiência são:^(*)

- sinalização nas vagas reservadas para P.P.D. nos estacionamentos;
- corredores nos ginásios de esportes ou em lugares fechados com largura mínima de 1.50m (cadeira de rodas);
- as calçadas devem apresentar inclinações;
- portões largos para acesso às piscinas, quadras, campos ou qualquer dependência esportiva;
- escadas com corrimão (espaço mínimo escada/degrau 0,90m x 0,30m x 0,17m);
- bebedouros com alturas adequadas (mais baixa para cadeira de rodas);
- sanitários com corrimão e portas largas, com boxes com rampas ou leves inclinações/piso, contendo barras de apoio com largura mínima de 1,40 x 1,60m;
- cardápios dos restaurantes ou lanchonetes escritos em braille;
- piscinas com rampas e barras de apoio;
- orelhões em alturas adequadas (mais baixos ao lado dos normais).

^(*) em anexo: desenhos das estruturas citadas acima.

2. SELEÇÃO DOS CLUBES SOCIAIS

Quando fiz a escolha do tema para a monografia, estava atuando como coordenadora de esportes de um clube campineiro, e isso reforçou o interesse sobre o assunto escolhido.

Esses clubes sociais, que não serão citados por uma condição de reserva ética, foram escolhidos através de um levantamento de taxas de mensalidades e títulos com valores semelhantes, onde ficou estabelecido que todos deveriam apresentar em suas dependências 01 piscina, 01 quadra de voleibol / basquetebol / futebol de salão, e um campo com gramado para futebol.

Por considerar que o clube social representa uma preocupação com espaço voltado para lazer, sendo algo que vem em planos não prioritários em se tratando de preocupações básicas da sociedade, onde a prioridade está na alimentação, moradia e vestuário, pode-se entender que a população que frequenta clubes sociais procura oferecer à si ou à sua família, momentos agradáveis em suas horas livres, já supriram essas necessidades básicas e possuem condições financeiras favoráveis para desfrutar desses momentos.

Sendo assim, colocaremos um número para cada um dos 04 clubes sociais observados:

- clube 01 - possui 02 sedes - social e campo
- clube 02 - possui 02 sedes - social e campo
- clube 03 - possui 02 sedes - social e campo
- clube 04 - possui 01 sede - social e campo no mesmo espaço físico

3. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DOS CLUBES SOCIAIS CAMPINEIROS

De acordo com as necessidades arquitetônicas básicas para que uma P.P.D. possa frequentar um clube social, com uma acomodação adequada, elaboramos um questionário fechado e de múltipla escolha, visando detectar:

- condições arquitetônicas do clube
- frequência da P.P.D. no clube
- capacidade de alterações arquitetônicas com relação às necessidades da P.P.D.

Vale reforçar aqui que o conteúdo básico referente as tomadas de informações sobre barreiras arquitetônicas viabilizam-se somente a partir do conteúdo teórico sobre o assunto acima, adquirido anteriormente.

Este questionário^(*) possui 3 partes:

Parte 1: identificação do clube, onde foram enfocadas suas áreas: social, espaço físico, modalidades esportivas, quadro profissional (Educação Física)

Questões A) 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7.

Parte 2: levantamento de frequência da P.P.D. e quais as condições arquitetônicas que o clube oferece à essa clientela.

Questões B) 1, 2, 3, 4, 5.

Parte 3: avaliação do conhecimento administrativo do clube com as mínimas condições necessárias para que a P.P.D. possa frequentar suas dependências.

Questões B) 6, 7.

^(*) em anexo

CAPÍTULO III

1. DADOS OBTIDOS

Na primeira parte do questionário, comprovamos que os clubes campineiros oferecem aos seus associados características adequadas para desenvolverem atividades esportivas e sociais, com uma infra-estrutura para a realização das mesmas.

Tabela nº 1

Clubes	1	2	3	4
Questões				
1. Taxa mensalidade	R\$ 45,00	R\$ 42,00	R\$ 60,00	R\$ 70,00
2. a) nº de associados	6.000	4.000	5.000	5.000
b) nº de deficientes	1	-x-	2	1
3. nº de sedes	2	2	2	1
4. modalidades	24	20	18	25
5. Professores de Ed. Física	24	25	20	21
6. a) piscina	2	3	4	2
b) quadra	4	5	3	5
c) vestiário	2	3	4	4
d) secretaria/esportes	1	1	1	1
e) salas/modalidade	8	8	5	6
f) ginásio/esportes	1	1	1	1
g) sauna	2	2	3	3
h) ambiente médico	1	2	1	1
i) bocha	1	1	2	2
j) campo/futebol	4	3	3	3
k) restaurante	3	2	3	3
l) boate	1	1	1	1
m) pista/atletismo	-x-	-x-	-x-	1

Na questão nº 7 da primeira parte do questionário, obtivemos informações sobre os acessos às instalações dos clubes.^(*)

Tabela nº 2

Clubes	1	2	3	4
Questões				
7.a) piscina-rampa	-	-	-	-
piscina-escada	X	X	X	-
piscina-corrimão	X	X	X	-
b) quadra-rampa	X	-	X	-
quadra-escada	X	X	X	X
quadra-corrimão	X	X	-	X
c) vestiário-rampa	X	-	-	-
vestiário-escada	X	X	X	X
vestiário-corrimão	-	-	X	X
d) secretaria esportes-rampa	X	X	X	X
secretaria esportes-escada	-	-	X	X
secretaria esportes-corrimão	-	X	X	X
e) salas/modalidade-rampa	X	X	X	X
salas/modalidade-escada	X	X	X	X
salas/modalidade-corrimão	X	-	X	X
f) ginásio esportes-rampa	X	X	X	X
ginásio esportes-escada	X	-	X	X
ginásio esportes-corrimão	X	-	-	X
g) sauna-rampa	X	-	X	X
sauna-escada	X	X	X	X
sauna-corrimão	X	-	X	X
h) ambiente médico-rampa	X	X	-	X
ambiente médico-escada	X	-	X	X
ambiente médico-corrimão	X	-	-	-
i) bocha-rampa	X	X	-	-
bocha-escada	X	X	X	X
bocha-corrimão	-	-	-	-
j) campo/futebol-rampa	-	-	X	X
campo/futebol-escada	X	X	X	X
campo/futebol-corrimão	-	-	-	X
k) restaurante-rampa	X	X	X	X
restaurante-escada	-	-	X	X
restaurante-corrimão	-	-	-	-
l) boate-rampa	-	-	-	-
boate-escada	X	X	X	X
boate-corrimão	-	-	-	-
m) pista/atletismo-rampa	-	-	-	X
pista/atletismo-escada	-	-	-	-
pista/atletismo-corrimão	-	-	-	-

(*) legenda: x → aparece quando o clube possui

- → aparece quando o clube não possui

Na parte B do questionário, como mostra o quadro abaixo, constatamos que somente 02 clubes estruturados se julgam em condições de receber a P.P.D.

Clubes	1	2	3	4
Questão 3	Sim	Não	Não	Sim

Nas questões nº 4 e nº 5, encontramos dados que nos mostram as condições das instalações dos clubes para receberem uma P.P.D.

Tabela nº 3

Clubes	1	2	3	4
Questões				
5. a) rampas de acesso	x	x	x	x
b) sanitários adaptados	-	-	-	-
c) tomadas/interruptores à altura	-	-	-	-
d) escadas com corrimão	x	x	x	x
e) estacionamento vaga - 3m comp. / 5m larg.	-	-	-	-
f) corredores largos - 0,90m	x	x	x	x
g) ruas pavimentadas	x	x	-	-
h) piscina com portão ao lado	-	-	x	-
i) restaurante-cardápio braille	-	-	-	-
j) lixeira à altura	x	x	x	x
k) bebedouro à altura - 0,80m	-	-	x	-
l) telefone à altura	-	-	-	-

Fazendo uma análise das tabelas, podemos notar que somente 02 dos 04 clubes entrevistados apresentam melhores condições para receber a P.P.D., mas que as alterações não foram realizadas com o objetivo de receber a P.P.D., mas sim para se obter uma arquitetura visualmente melhor planejada.

Nas questões nº 6 e nº 7, observamos qual o conhecimento dos clubes sobre a lei 7.853, no que se refere às edificações, e qual o interesse de fazê-la viável. A resposta foi unânime com relação às solicitações: elas devem ser prescritas pelos associados interessados para que se possa tomar a iniciativa burocrática.

Tabela nº 4

Clubes	1	2	3	4
Questões				
6	x	x	x	x
7	x	x	x	x

Os resultados foram obtidos a partir de observações, de respostas dadas por associados e funcionários dos clubes.

A presença da P.P.D. nos clubes sociais campineiros é quase nula, somente em 01 clube campineiro dos entrevistados a frequência da P.P.D. é assídua e participativa. Em 02 clubes ela é esporádica, e não aparece em 01 clube. A deficiência física apareceu em 02 clubes, a deficiência mental em 01 clube, e as demais deficiências não foram mencionadas.

CONCLUSÃO

Através dos questionários aplicados em 04 clubes campineiros com a faixa de valores semelhantes de suas taxas mensais e títulos, nossas pesquisas revelaram que:

1. Apenas 02 clubes acreditam apresentar condições necessárias para receber a P.P.D.

2. Os 04 clubes apresentam conhecimento da lei 7.853, lei sobre edificações, mas dizem que somente através de solicitações documentadas feitas pelos associados é que se poderia analisar alguma modificação.

3. A freqüência da P.P.D. é quase nula, e os clubes não apresentam condições necessárias e adequadas para recebê-la, onde os obstáculos arquitetônicos são um fator saliente para essa situação.

Através da primeira parte do questionário, pudemos concluir que os clubes sociais campineiros entrevistados apresentam em suas instalações condições satisfatórias para a realização das atividades físicas e sociais por ele propostas, oferecem aos seus associados amplas áreas de lazer e boas condições para realização dessas atividades em suas sedes.

Na segunda parte do questionário, conclui-se que os clubes:

- apresentam poucas condições arquitetônicas para receberem a P.P.D. em suas instalações;

- as modificações, quando existem, não são ou foram feitas com o intuito de acessar a P.P.D. e sim visualizando o aspecto estético arquitetônico;

- a presença da pessoa portadora de deficiência nos clubes sociais campineiros é quase nula, a deficiência mais freqüente é a física, onde 03 dos clubes

entrevistados possuem associado portador de deficiência física; a deficiência mental apareceu somente em 01 clube, as outras deficiências não foram mencionadas.

Na terceira parte do questionário, conclui-se que não há interesse dos clubes em realizar modificações arquitetônicas em suas dependências para receber a P.P.D., já que para qualquer alteração se concretizar, se faz necessário todo um processo burocrático, partindo de uma solicitação documentada por parte do associado interessado, até a liberação de uma diretoria com o mesmo interesse e opinião.

As amplas áreas de lazer dos clubes sociais de Campinas-SP, oferecem propostas esportivas e sociais muito bem estruturadas, porém não foi observada nenhuma preocupação com o acesso e também com a participação da P.P.D. em suas dependências ou atividades esportivas.

BIBLIOGRAFIA

ADMINISTRATION Veterans. Barrier Free Design Handbook. Florida: University of South Florida Library, 1992.

ASSIS, Olney Queiroz, PUSSOLI, Lafaiete. Pessoa Deficiente: Direito e Garantias Constitucionais/Civis/Trabalhistas/ Eleitorais/Tributários e Previdenciários. São Paulo: Edipro, 1992.

Brasília. MAS. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: Corde/Ministério da Ação Social, 1992.

Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Adequação das Edificações e do Mobiliários Urbano à Pessoa Deficiente. Rio de Janeiro: ABNT, 1991.

Rio de Janeiro. Rotary Clube. Ética e Legislação: Os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: Rotary Clube, 1990.

São Paulo (Estado). Fundo Social de Solidariedade. O Que Todos Precisam Saber Sobre Eliminação de Barreiras Arquitetônicas. São Paulo: Fundo Social de Solidariedade, 1995.

São Paulo: Procuradoria Geral de Justiça. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Pessoa Portadora de Deficiência. São Paulo, 1991.

São Paulo: Procuradoria Geral de Justiça. Legislação Básica: Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. São Paulo, 1995.

São Paulo: Procuradoria Geral de Justiça. Secretaria da Receita Federal/Instrução Normativa. São Paulo, 1995.

ANEXOS

I - QUESTIONÁRIO

Jane Domingues de Faria

Faculdade de Educação Física - UNICAMP

Curso de Especialização em Educação Física Adaptada - Pós Graduação

A. 1. Identificação

Nome do Clube: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Taxa/Mensalidade: _____

2. Quantos sócios o clube possui?

3. Quantas Sedes o clube possui?

4. Quantas modalidades o clube oferece ao seu associado? Quais?

5. Quantos professores de Educação Física o clube emprega?

6. Instalações que o clube possui:

	Sim	Não	Quantos
a. Piscina	()	()	()
b. Quadras	()	()	()
c. Vestiários	()	()	()
d. Secretaria Esportes	()	()	()
e. Salas/modalidades	()	()	()
f. Ginásio Esportes	()	()	()
g. Sauna	()	()	()
h. Ambiente Médico	()	()	()
i. Bocha	()	()	()
j. Campo Futebol	()	()	()
k. Restaurante	()	()	()
l. Boate	()	()	()
m. Pista/Atletismo	()	()	()

7. Qual é o tipo de acesso: (Se existe no local)

	rampa	escada	corrimão
a. Piscina	()	()	()
b. Quadra	()	()	()
c. Vestiários	()	()	()
d. Secretaria Esportes	()	()	()
e. Salas/modalidades	()	()	()
f. Ginásio Esportes	()	()	()
g. Sauna	()	()	()

h. Ambiente Médico	()	()	()
i. Bocha	()	()	()
j. Campo Futebol	()	()	()
k. Restaurante	()	()	()
l. Boate	()	()	()
m. Pista/Atletismo	()	()	()

B. 1. Quantos sócios deficientes o clube possui?

2. Quais são as deficiências e qual a frequência?

3. O clube apresenta condições necessárias para receber a P.P.D.?
 Sim Não

4. Existem profissionais especializados para essa clientela?

5. Quais as condições arquitetônicas que o clube possui:

- rampa de acesso
- sanitários adaptados
- tomadas e interruptores à altura
- escadas com corrimão
- vagas - estacionamento 3m comp./5m larg. para P.P.D.
- corredores largos
- ruas pavimentadas
- piscina com portão ao lado
- restaurante com cardápio em braille
- lixeiras à altura
- bebedouros à altura
- telefone adequado

6. O clube tem conhecimento da Lei 7.853 no parágrafo referente à área de edificações?

“A adoção e a efetiva execução de normas de garantia para a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem obstáculos às pessoas portadoras de deficiência, e permitam o acesso destas à edifícios, logradouros e a meios de transportes.”

Sim Não

7. Por que essa Lei 7.853 não vigora no clube:

- burocracia
- não houve solicitação por parte dos associados
- não há condição financeira
- não há retorno financeiro ao clube

II- ILUSTRAÇÕES DAS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS

Ilustrações obtidas através das seguintes fontes:

- “O Que Todos Precisam Saber Sobre Eliminação de Barreiras Arquitetônicas”. Programa Estadual de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência / Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. São Paulo, 1995 (apostila).
- “Adequação das Edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa Portadora de Deficiência”. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 1991 (apostila).
- “Barrier Free Design Handbook. A Supplement to Uniform Federal Accessibility Standards”. University of South Florida Library. Administration Veterans. Florida, 1986.

Escada

CERTO

A ALTURA IDEAL
É ENTRE 0,90M
E 1,00M.

CERTO

0,16M
0,16M
0,16M

ERRADO

DEGRAUS INCLINADOS
DIFICULTAM A MOBILIDA-
DE DOS PÉS.

CERTO

DEVE HAVER PROLONGAMENTO DE 0,30M
NAS EXTREMIDADES
DO CORRIMÃO.

PARA DEFICIENTES VISUAIS
É NECESSÁRIO QUE
OS TAPETES SEJAM
EMBITIDOS NO
PISO.

DEGRAUS

O CORRIMÃO NÃO DEVE TER ARESTAS E SEU DIÂMETRO DEVE PERMITIR ENCHER A PALMA DA MÃO.

Básicos para acesso e adentramento

PORTAS

ALTERNATIVAS

Corrimão

SUPERMERCADOS

BEBEDOUROS

ELEVADORES

PARA DEFIICIENTE AUDITIVO
(SINAL LUMINOSO)

CERTO
PARA DEFICIENTE FÍSICO
(METRAGEM ADEQUADA)

CERTO

PARA DEFICIENTES VISUAIS
(SINAL SONORO)

MAÇANETAS

ORELHÕES E CAIXAS DE CORREIOS

EI
CAL
VEC

Bebedouro

Orelhão

LAVATÓRIOS

TOMADAS/INTERRUPTORES

ERRADO

CERTO

PORTAS

TORNEIRAS

Interruptores e Tomadas

REBAIXAMENTO DE GUIAS

A vaga reservada às pessoas deficientes deve ter o piso nivelado, firme e estável.

Estacionamento